

Revista de
Arqueologia Pública

ARTIGO

**CAMINHOS E DESCAMINHOS
NO ATLÂNTICO CIENTÍFICO:
ARQUEOLOGIA E ESTADO NOVO EM CONTEXTO LUSO-
BRASILEIRO**

Rita Juliana Soares Poloni

Dossiê

No. 10
ISSN 2237-8294
dezembro de 2014

CAMINHOS E DESCAMINHOS NO ATLÂNTICO CIENTÍFICO:

ARQUEOLOGIA E ESTADO NOVO EM CONTEXTO
LUSO-BRASILEIRO

Rita Juliana Soares Poloni¹

RESUMO

O presente trabalho busca comparar o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas em Portugal e no Brasil, durante os governos ditatoriais denominados, nos dois países, por Estado Novo. Procurará perceber os diálogos internos à própria disciplina bem como as relações entre temas de pesquisa, investigadores, discursos oficiais e redes de poder instituídas no período.

Palavras-chave: Brasil, Portugal, Estado Novo, Arqueologia, nacionalismo, repressão

ABSTRACT

The present paper aims to to compare the development of archaeological research in Portugal and in Brazil, during the dictatorial governments so-called, in both countries, by the Estado Novo. Seek to understand the internal dialogues of the discipline itself as well as the relationships between research topics, researchers, official discourses and networks of power established in the period.

Keywords: Brazil, Portugal, New State, Archaeology, nationalism, repression

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo comparar el desarrollo de la investigación arqueológica en Portugal y en Brasil, durante los gobiernos dictatoriales llamados, en

¹ Pós-doc LAP/NEPAM. E-mail: julianapoloni@hotmail.com

ambos países, por el Estado Novo. Trata de entender los diálogos internos de la propia disciplina, así como las relaciones entre los temas de investigación, investigadores, discursos oficiales y las redes de poder establecidas en el período.

Palabras clave: Brasil, Portugal, Nueva Estado, Arqueología, el nacionalismo, la represión

INTRODUÇÃO: O ATLÂNTICO CIENTÍFICO E A ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA COMO OBJETOS DE ESTUDO

A abordagem da produção arqueológica do Estado Novo em contexto luso-brasileiro é de especial interesse para estabelecer uma relação entre o universo científico dos dois países, numa perspectiva lusófona, tanto quanto para ampliar o conhecimento dos discursos arqueológicos construídos no âmbito dos governos fascistas do período.

Nesse sentido, o presente objeto de estudo contribui para esclarecer até que ponto a produção científica arqueológica pode ser comparável, no contexto luso-brasileiro demarcado pela vigência de regimes ditatoriais de inspiração fascista, denominados por Estado Novo.

Por outro lado, tal abordagem é de especial interesse também para a Arqueologia da Repressão e da Resistência. Muito mais direta é a relação que se estabelece entre a investigação de contextos de prisão, tortura, guerrilha, terrorismo de Estado, e os objetivos desse campo de estudos, sobretudo, no que se refere à América Latina, no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Mas a abordagem desse campo é ainda mais ampla, tanto em termos geográficos e históricos, quanto em relação aos seus objetos de estudo.

Assim, a Arqueologia da Repressão e da Resistência diz respeito não somente à produção científica que tem por objeto de estudo contextos circunscritos pela definição do campo (de repressão e de resistência), mas também ao estudo da própria produção científica nascida nesses contextos, ou seja, dos limites do campo científico dentro de um quadro histórico e político repressivo. Tais estudos podem circunscrever a investigação dos temas estimulados e condenados, dos cientistas que passam a ocupar lugares de poder e dos que são expurgados pelo Regime, enfim, de todas as permanências e transformações sofridas pelo campo científico durante governos repressivos ou Estados de exceção.

Por outro lado, também não se limita ao universo latino-americano, nem às Ditaduras implantadas no continente americano, no período pós Segunda Guerra Mundial. Pode se referir a qualquer espaço-tempo em que estejam caracterizados contextos repressivos e de resistência, tendo como foco principal a relação entre Estado e sociedade civil.

Dessa forma, a investigação da produção científica arqueológica que se constrói durante os regimes ditatoriais denominados por Estado Novo, tanto em contexto português, quanto brasileiro, apresenta-se como um objeto de estudos para o campo da Arqueologia da Repressão e da Resistência e procurará contribuir para o aprofundamento das temáticas por ele abordadas.

ARQUEOLOGIA E ESTADO NOVO: O CONTEXTO PORTUGUÊS

Entre as décadas de 30 e 40 do século XX, tanto Portugal, quanto o Brasil vivenciavam regimes políticos de inspiração fascista, denominados por Estado Novo. Muito embora a ditadura portuguesa tenha sido sensivelmente mais extensa que a brasileira, tendo sobrevivido de 1936 a 1974, ambos os regimes possuem traços em comum no que tange à construção dos discursos histórico-nacionalistas e ao papel da arqueologia nesse processo.

No caso português, os últimos anos do século XIX trazem consigo grandes progressos na consolidação da Arqueologia como campo científico no país, como o surgimento da disciplina de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-Histórica, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, a partir de 1885, sob a regência de Bernardino Machado (1851-1944).

Muito embora os conteúdos ministrados dessem preferência à Antropologia Física, o contexto era propício à criação de novos campos de discussão e de investigação para a Arqueologia portuguesa emergente, que, neste caso, se debatia, sobretudo, em torno da ancestralidade do povo português. Contestando as teses de Alexandre Herculano (1810-1877) e Oliveira Martins (1845-1894) acerca da desconexão entre os antigos lusitanos e o Estado Nacional português, o jovem arqueólogo Leite de Vasconcellos (1858-1941), iria consolidando progressiva posição de destaque em cenário nacional no alvorecer do século XX (FABIÃO, 1996: 114-116).

Enquanto Herculano, reforçado por Martins, punha na Idade Média o nascimento

da Nação, como ato político, negando a conexão entre o povo português e outros ancestrais, Vasconcellos irá, com auxílio da linguística, defender que Portugal seria uma continuação da Antiga Lusitânia, sendo a língua portuguesa fruto do natural desenvolvimento da linguagem luso-romana. Neste sentido, Vasconcellos punha-se a favor das ideias de Martins Sarmiento (1833-1899), que tendo em conta suas escavações na Citânia de Briteiros e no Castro de Sabroso, povoados proto-históricos localizados em Guimarães, norte do país, defendia a remota existência dos lusitanos e a resistência da sua cultura ao domínio romano (FABIÃO, 1999: 93-94; FABIÃO 2011: 126-137).

Vasconcellos acabaria por assumir o cargo de conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa e passaria a dedicar-se a criar um acervo de antiguidades para compor um novo projeto: o Museu Nacional de Etnografia que viria a se concretizar em 1893, sob os auspícios de Bernardino Machado, então secretário das obras públicas.

Obra de caráter nacionalista, buscando evidenciar a tese da antiguidade remota do povo português, terá seu poder acrescido pela criação da revista “*O Archeólogo Português*”, em 1895, e se constituirá em importante instrumento de valorização do campo científico arqueológico nacional.

Em 1929, Leite de Vasconcellos se aposenta e suas posições na Universidade e no Museu passam a ser ocupadas por Manuel Heleno (1894-1970). Juntamente com ele, Mendes Correia (1888-1960) e Vergílio Correia (1888-1944), este último professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, serão as personalidades de destaque no mundo da Arqueologia portuguesa da primeira metade do século XX (FABIÃO, 1999: 119-120). Enquanto o professor de Coimbra se dedicará à escavação da cidade romana de *Conimbriga*, à publicação de obras no domínio da história da arte e manterá uma carreira de distanciamento dos grandes conflitos de poder que marcarão o período, o sucessor de Vasconcellos, que assumirá o principal posto da investigação nacional, marcará a sua carreira por um clima de forte disputa com Mendes Correia, esse, sem dúvida, um personagem com maior destaque no cenário nacional e internacional.

Correia ocupará cargos de destaque, tanto no âmbito acadêmico quanto político, como diretor do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, do Centro de Estudos de Antropobiologia, do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, além de presidente da câmara municipal do Porto e deputado à Assembleia Nacional entre 1945 e 1956. Assim, a carreira de Mendes Correia irá consolidá-lo como importante cientista e político do período, tanto em caráter nacional quanto internacional, relacionando seu prestígio pessoal a uma vigorosa campanha para o desenvolvimento de investigações antropológicas e

arqueológicas nos territórios coloniais (CARDOSO, 2011).

Manuel Heleno, o mais novo dos três importantes personagens e com menor currículo acadêmico, se esforçará para reafirmar seu lugar de poder através de publicações de caráter nacionalista em periódicos locais, em consonância com as críticas a Herculano e Oliveira Martins acerca da antiguidade do homem português de que partilhava também seu mentor, Vasconcellos. Já Mendes Correia, que também partilhava das mesmas ideias, recusará, entretanto, que se pudesse reconhecer no português uma raça com características físicas próprias, uma vez que, segundo ele, os dados antropométricos dissuadiam tal perspectiva. Mas a descrença numa unidade física, não impedia que ele defendesse, entretanto, uma unidade moral lusitana (FABIÃO, 1999: 121-126).

Curiosamente, porém, as ideias sobre a importância dos antepassados remotos da nação não irão ser tomadas como importantes pelo Estado Novo, que não dará nenhuma atenção especial ao tema durante sua vigência. Ao invés disso, a *Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, criada em 1929, irá se dedicar a novos tipos de apropriação política do patrimônio nacional. A prioridade do momento passa a ser a “restauração” de monumentos, sobretudo edifícios religiosos e políticos, de forma a recuperar sua pureza original, o que significava extrair características adquiridas durante o século XVII e XVIII. Tal projeto tinha como intuito revalorizar a religiosidade tradicional do povo português, desprezada pela secularidade da República, como propaganda ideológica do governo totalitário (FABIÃO, 1996: 96-104).

Tal política, aliada à valorização dos territórios ultramarinos, será de suma importância para a manutenção do regime. A valorização das colônias estará, por sua vez, relacionada à concretização de missões científicas para esses territórios. Entre essas destacam-se as chamadas Missões Antropológicas. Realizadas durante a vigência do Estado Novo em várias províncias ultramarinas, abarcando pesquisas no âmbito da Antropologia Física, e em menor grau, da Etnologia e da Arqueologia, irão nutrir-se dos discursos nacionalistas do regime ditatorial na construção de seus projetos e discursos científicos.

Assim, para o governo Salazarista, são os territórios ultramarinos juntamente com um ideal de reaportuguesamento do país (GOMES, 2006-2007: 197), que significava novamente um retorno aos tempos áureos dos Descobrimentos, que constituirão os pilares do regime. Por um lado, esse reaportuguesamento era representado por um retorno à vida rural, a um estilo de vida caracterizado pela simplicidade, pela vida em comunidade, pela importância do trabalho, da família, dos ideais patrióticos e religiosos. Por outro lado, a importância dos territórios ultramarinos andava em conjunto com a exaltação dos Grandes Descobrimentos, de forma que, nenhum tempo anterior ou posterior

a esse, que representasse uma queda na grandiosidade do país, deveria ser lembrado (GOMES, 2006-2007: 205-208).

Nos dois casos, o papel da Arqueologia parece secundário, de forma que, apesar da importância que as colônias tomam no regime, e a despeito das pesquisas arqueológicas realizadas no âmbito das Missões Antropológicas nos territórios ultramarinos, o projeto político para as investigações em ciências sociais terá a Arqueologia como conteúdo de menor importância no propósito de conhecer os indígenas do ultramar ou de valorizar o passado da Nação.

ARQUEOLOGIA E ESTADO NOVO: O CONTEXTO BRASILEIRO

No caso brasileiro, o século XIX representa a contestação de um discurso arqueológico que se pode classificar como nobiliárquico, herdeiro do Primeiro e do Segundo Reinados, período durante o qual a disciplina nasce no país. Sob a égide desse discurso, as origens dos povos indígenas do território brasileiro passam a ser procuradas em antigas migrações de povos mediterrânicos, tais como fenícios, gregos e egípcios, ou mesmo de navegadores europeus modernos, como os provenientes do norte da Europa, como forma de justificar as origens nobres das elites nascentes (FERREIRA, 2009).

Esses antepassados nobres dos indígenas eram personagens idealizados da construção do passado do território, ao passo que os nativos do presente, eram vistos como seres degenerados que tenderiam a ser absorvidos no corpo da nação. Nesse sentido, a conquista de seus territórios passa a ser justificada pela sua inevitabilidade, e a interferência cultural e política nessas comunidades como um símbolo inevitável do progresso.

Essa construção discursiva tinha, entre outros seguidores, o apoio de Ladislau Neto (1838-1894), diretor do Museu Nacional, que defendia a hipótese de que os antepassados dos indígenas sul-americanos seriam oriundos de migrações de povos asiáticos (FERREIRA, 2009).

No Museu paulista, dirigido por Hermann Von Ihering (1850-1930), por sua vez, as ideias sobre temas indígenas eram ainda mais conservadoras. Para o pesquisador, filiado às teorias científicas de fundo racista do período, tais como a hereditariedade racial da inteligência e do comportamento, e os discursos eugênicos, a política de extermínio dos nativos é matéria defensável, tendo sido inclusive objeto de artigo de sua autoria, publicado no próprio *Jornal do Museu Paulista*. O mesmo pesquisador também estará envolvido em uma polêmica com Ladislau Neto, acerca da origem dos sambaquis. Enquanto esse último pesquisador defendia, em concordância com Peter Lund (1801-

1880), que os sambaquis tinham origem artificial, ou seja, eram resultado de depósitos humanos proposítivos, de restos alimentares e de sepultamentos, enviando, inclusive, várias missões com o propósito de recolher vestígios desses sítios, Von Ihering defendia que essas formações tinham origens naturais em lugares antigamente ocupados pelo mar. Tal opinião se coaduna, naturalmente, com a sua visão depreciativa da capacidade intelectual dos indígenas e da complexidade das suas culturas (FUNARI: 2002: 138-139; PROUS, 1992: 8).

Emílio Goeldi (1859-1917), então diretor do Museu Paraense, que haveria de levar, posteriormente, o seu nome, faz, em oposição à abordagem nobiliárquica de Ladislau Neto, um trabalho que é devedor de padrões espaciais, tecnológicos e estéticos, buscando ressaltar as complexidades culturais nativas e reconstruir suas filiações etnológicas. Com isso, se por um lado, ele rechaça a origem europeia dos indígenas, por outro lado, permanece nos horizontes de uma ciência colonialista, não somente no que tange à anexação dos territórios nativos, que também defendia, mas também à escolha geoestratégica dos locais de pesquisa, visando, por exemplo, o resguardo das fronteiras do país (FERREIRA, 2009).

As primeiras décadas do século XX assistem a um aprofundamento das discussões acerca da importância dos povos nativos na constituição do povo brasileiro. No Museu Nacional, sob a diretoria de Roquette Pinto (1884-1954), entre 1926 e 1935, os estudos antropológicos e arqueológicos indígenas ganham destaque. O pesquisador estará, desde o início da carreira, ligado aos estudos arqueológicos. Já em 1906, faz uma expedição científica aos sambaquis do litoral do Rio Grande do Sul que lhe ajudará a moldar as suas concepções acerca da origem daquelas formações. Roquette Pinto, seguindo as teorizações de Charles Wiener (1851-1913), adotará a corrente mista, que defende a ideia de que tanto fatores naturais quanto antrópicos contribuíram para a formação daqueles sítios. Dessa forma, os sambaquis poderiam ser divididos entre aqueles que seriam fruto de processos ambientais, os que teriam nascido como resultado da acumulação fortuita de restos e outros, que seriam obras monumentais humanas (MUSEU NACIONAL: 2007-2008; LIMA, 1999-2000).

Entretanto, será no âmbito da antropologia que as suas teorizações ganham especial destaque. Para Roquette Pinto, os brasileiros podiam ser divididos em tipos diversificados e sua variedade não era um sinal negativo de degradação das raças, mas sim uma característica positiva da nação. A partir das discussões da então denominada “moderna antropologia física” e inspirado, particularmente, nos princípios da escola alemã de Félix von Luschan, Rudolf Martin e Eugen Fischer, que negava a hierarquia entre as raças, Roquette Pinto argumentava que os defeitos atribuídos aos brasileiros eram menos características raciais que efeitos da má organização política e social do país.

Baseado nos seus estudos, dividiu o povo brasileiro em quatro tipos antropológicos principais e argumentou que a miscigenação tenderia para o branqueamento da população ao mesmo tempo em que os vestígios de sangue negro e indígena dariam aos tipos brasileiros a necessária aclimatação ao meio ambiente nacional. Assim, se por um lado, Roquette Pinto produz um discurso racial que visa à construção da nacionalidade brasileira através da constituição do seu povo, por outro, a valorização do elemento branco em detrimento das outras raças que ele apontava como constituintes do corpo na Nação, indica a permanência do paradigma da inferioridade do indígena e do negro brasileiros (SOUZA, 2012).

Durante a vigência do Estado Novo, os principais personagens do cenário arqueológico e antropológico nacional alteram-se. Entre 1937 e 1955, assume a diretoria do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres (1895-1977), que havia sido introduzida aos trabalhos do Museu como estagiária das pesquisas antropológicas de Roquette Pinto.

Heloísa Torres fará uma carreira de pesquisadora profundamente ligada à arqueologia. Estudou sambaquis no litoral de São Paulo, sítios cerâmicos tupi-guarani em Minas Gerais, além das suas celebradas pesquisas sobre a cultura Marajoara. Também exerceu diversos cargos públicos relacionados a temas culturais, tais como no Conselho Nacional de Proteção ao Índio, no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além de ter participado da criação da Fundação Nacional do Índio (MUSEU NACIONAL: 2007-2008).

Ainda durante o Estado Novo, passa a ocupar o cargo de diretor do museu Emilio Goeldi, Carlos Estevão de Oliveira (1880-1946) e o museu paulista passa a ser dirigido por Afonso d' E. Taunay (1876-1958). Estevão, nomeado interinamente diretor do museu quando do Golpe de 1930, irá dirigir a instituição até o final do Estado Novo, em 1945. Durante a sua direção, as pesquisas arqueológicas tiveram grande desenvolvimento, em parceria com o Etnólogo alemão Curt Nimuendajú (1883-1945), e com a arqueóloga estadunidense Helen Palmatary, que também colaborou muito tempo com o Museu. Nesse período os temas indígenas permanecem em destaque, sobretudo os referentes à cultura Marajoara e Santarém (CUNHA, 1989).

Já Taunay, diretor do Museu Paulista desde 1917, direciona os seus esforços discursivos em uma direção diversa dos outros dois pesquisadores. Reformula toda a exibição do museu, em razão da comemoração do centenário da Independência, transformando-a completamente em uma glorificação da recém-criada figura histórica do *bandeirante*, um dos pilares discursivos do Estado Novo. Tal figura servirá para dar vulto às elites do período e também para justificar as políticas desenvolvimentistas e de colonialismo interno do país, durante o período ditatorial (FUNARI, 2002).

Ainda no mesmo contexto do Centenário da Independência de 1922, é fundado

no Rio de Janeiro o Museu Histórico Nacional. Obra de Gustavo Dodt Barroso (1888-1959), um membro da elite nordestina que pretendia criar um espaço de resguardo das tradições do país. Barroso, que também foi membro da Ação Integralista Brasileira, imprimirá ao museu uma visão estatal e militarista da história do Brasil (BITTENCOURT, 2000-2001). A par disso, será responsável pela condução de Angyone Costa (1888-1954) ao cargo de professor do curso de arqueologia brasileira no Museu.

Angyone Costa será mais uma figura de particular interesse no contexto arqueológico do período. Ele produzirá vários manuais da disciplina, abarcando temas tais como a arqueologia pré-colombiana, clássica e egípcia. Entretanto, seu tema de predileção será, sem dúvida, a arqueologia em contextos indígenas brasileiros. Obras como *Introdução à Arqueologia Brasileira*, publicado em 1934 (COSTA, 1980), *Arqueologia Geral* de 1936 (COSTA, 1936), *Migrações e Cultura Indígena*, de 1938 (COSTA, 1939), e *Indiologia* de 1943 (COSTA, 1943a), representam, assim, parte importante do panorama da produção do campo arqueológico brasileiro durante o Estado Novo.

Não obstante a presença da Arqueologia e, particularmente, dos estudos de temas indígenas, nesse período, sobretudo através da ação de importantes personagens como Heloisa Alberto Torres, Carlos Estevão e Angyone Costa, a arqueologia, assim como no caso português, não será um campo privilegiado pelo regime ditatorial do período. Ao contrário dos estudos arquitetônicos e artísticos sobre o Barroco e, particularmente, da obra de “Aleijadinho”, que serão amplamente valorizados, as pesquisas arqueológicas ocupam um lugar secundário nos interesses políticos oficiais.

Assim, o Barroco passa a encarnar, em meio ao contexto ditatorial e modernista do período, um forte símbolo do nascimento da cultura brasileira, da sua particularidade, da sua diferenciação em relação à metrópole. A sua riqueza estará justamente em sua interpretação pouco rebuscada, comparada aos exemplares europeus dessa escola artística, e no seu caráter eminentemente mestiço, quer em termos raciais, através do seu símbolo maior, Aleijadinho, quer em termos culturais, através das influências locais da sua interpretação. Mas também é um símbolo da obra civilizadora europeia, do poder constituído, conectando a jovem nação à Europa (NOGUEIRA, 2005: 198-234). Assim, se as pesquisas sobre temas indígenas prosseguem e se elas se inserem nas discussões acerca da origem do homem americano, e, por conseguinte, do povo brasileiro, elas não serão as escolhidas para representar os discursos oficiais nacionalistas e identitários do período, senão uma manifestação cultural que posiciona o Brasil na linha do tempo que tem a Europa como personagem central.

ARQUEOLOGIA, NACIONALISMO E PODER: ALGUNS DIÁLOGOS POSSÍVEIS

A análise do processo produtivo de qualquer discurso científico abarca diálogos internos da própria disciplina e um sem número de condicionamentos políticos, econômicos, sociais e mesmo circunstanciais que ajudam a circunscrever cada uma dessas produções discursivas.

Assim, acompanhar o desenvolvimento de contextos científicos não implica localizar uma entidade exógena à própria sociedade na qual se inserem, uma espécie de contentor dentro do qual se encontra depositada uma forma de conhecimento puro e autônomo, claramente distinguível no tecido social, mas, ao contrário, é em meio a redes complexas, frágeis e caóticas, ou, nas palavras de Latour, em meio às galerias de um cupinzeiro, que a confiabilidade de uma mensagem é constituída e confirmada sua capacidade de tornar-se científica, de forma que apresenta-se um procedimento inócuo separar, em meio às diversas substâncias que constituem essas galerias, o que seriam os seus elementos científicos, dos econômicos, políticos, técnicos ou administrativos (LATOURE, 2000: 377).

No caso específico do Estado Novo, essa análise implica em perceber as relações entre o contexto ditatorial e as abordagens científicas, neste caso, especificamente arqueológicas, nascidas nesse contexto específico.

Tanto no Brasil, como em Portugal, percebe-se que a arqueologia, diferente do que ocorre em outros regimes de inspiração fascista surgidos no período, como na Itália ou na Alemanha², não constitui campo preferencial de construção dos discursos oficiais.

² Na Alemanha, o Terceiro Reich (1933-1945) irá enfatizar a política nacionalista alemã, que vinha a se constituir desde o século XIX, assim como a importância da arqueologia pré-histórica nesse contexto. O uso de supostos símbolos germânicos antigos como a suástica ou as runas que simbolizavam a SS são alguns entre os muitos exemplos do fortalecimento de tais ideias durante o governo Nazi (WIWJORRA, 1996: 173-179). Uma figura de grande importância nesse período é Herman Wirth (1885-1981). Seu trabalho de interpretação de arte rupestre e de decoração cerâmica buscando perceber nesses vestígios os indícios de uma cultura pré-histórica atlanto-nórdica que teria se espalhado pelo mundo criando novas culturas e tornando-se os antecessores dos germanos, denota o forte nacionalismo a que os estudos pré-históricos estavam associados no período (WIWJORRA, 1996: 180-183). Algo semelhante acontecerá à Itália, onde o forte apelo nacionalista virá a enfatizar o passado romano da Nação e terá papel preponderante, sobretudo durante a decorrência do regime fascista. Muitas iniciativas são tomadas nesse período para glorificar o passado romano da Nação, como uma grande mostra sobre a Roma Antiga, a recuperação de dois navios do Lago Nemi e os trabalhos realizados, entre 1928 e 1939, na área do Fórum Romano e do Coliseu. Através dessa última intervenção, Mussolini procurou manifestar a grandiosidade do fascismo no interior do passado romano da cidade, com a construção da “*Via dell’Impero*”, que cria um conjunto em torno de edifícios emblemáticos, como o Pallazzo Venezia, que sediava o escritório do próprio Duce, a Basílica de *Maxentius*, o Altar da Pátria de Vítor Emanuel, o Coliseu e o Arco de Constantino. Tal conjunto passará a constituir uma caminhada pela própria história da nação ligando o período romano ao fascista, e favorecendo o discurso político do governo ditatorial

Entretanto, percebe-se que as pesquisas arqueológicas prosseguem, tendo em conta temas específicos.

Em contexto brasileiro, as discussões acerca dos indígenas, de suas origens e de sua importância na constituição da Nação prosseguem, como se pode atestar pelas discussões em torno da cultura Marajoara desenvolvida por Heloisa Alberto Torres e por Angyone Costa, por exemplo.

Heloisa Torres defende abertamente que os marajoaras não seriam detentores de uma cultura superior, o que se comprovaria somente se eles tivessem deixado outros vestígios materiais correspondentes a uma cultura complexa, tais como construções de blocos de barro cozido, por exemplo. Além disso, ressalta que a cultura marajoara pode ser comparada a outros grupos históricos amazônicos, possuindo elementos típicos em comum e constituindo com esses um quadro equilibrado (TORRES: 1940: VI-IX). Em oposição, Angyone Costa defende que os responsáveis pela fabricação da fina cerâmica marajoara terá sido um povo de mais adiantada cultura, mais hábeis e com melhor gosto artístico em relação aos que posteriormente vêm habitar a região. Argumenta que os “Tupis puros” presentes na margem esquerda do Amazonas, além dos Aruã e os Neengaíba, possuíam vestígios de “cultura adiantada” quando da chegada dos europeus à América. Chega mesmo a cogitar a viabilidade de se encontrar correspondências entre a autoria dos *mounds* da região e povos da Flórida e do vale do Mississípi, nos Estados Unidos. Mais especificamente, Costa aventa que a substituição de um primeiro grupo de mulheres primitivas mais adiantadas culturalmente e a que se atribuiria a fabricação da cerâmica mais rebuscada da região, por outras bárbaras, fruto de espólios de guerra e escravidão, teriam levado à decadência da fabricação louçaria fina marajoara (COSTA, 1934 (1980): 75-89).

As duas argumentações, a seu modo, constituem parte das discussões acerca da nacionalidade e do povo brasileiro, de suas origens, constituição e capacidade criativa. Ao mesmo tempo, representam uma continuidade em relação às discussões desenvolvidas dentro do campo da Arqueologia desde o século XIX. Entretanto, a valorização do Barroco permanece em destaque durante o Estado Novo brasileiro, direcionando a construção do discurso oficial acerca da brasilidade e da valorização do patrimônio nacional.

Nesse contexto, a escolha do tema indígena, não significa uma desconexão entre os arqueólogos do período e o contexto político do país. Ao contrário, seus principais representantes manterão um diálogo claro com o governo ditatorial.

Em 1937, é criada a *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, como parte do contexto de fundação do próprio Serviço e fruto da conciliação dos

(GUIDI, 1996: 111-112; GOMES, 2006-2007: 201-202).

interesses governamentais com os discursos produzidos pela escola modernista nascente. Logo na sua primeira edição, Heloísa Alberto Torres publicará um artigo intitulado “Contribuição para o Estudo da Proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil”. Nesse texto, ela discute a proteção às jazidas arqueológicas, coleções de museus e patrimônio de comunidades indígenas e “neobrasileiras” com risco de dissolução. Além disso, ela será membro nato do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde a sua fundação, cargo vitalício indicado pelo próprio presidente (TORRES, 1937).

Já a ligação de Angyone Costa, com o regime, fica clara, entre outros exemplos, através da sua contribuição com a *Revista Cultura Política*. Esse periódico circulou de março de 1941 até outubro de 1945 e era a revista oficial do governo, diretamente vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda. Definia-se como uma “revista de estudos brasileiros”, destinada a definir e esclarecer as transformações socioeconômicas por que passava o país. O próprio presidente Vargas enfatizou a importância de seu caráter doutrinário na construção das diretrizes do Estado Nacional.

Em 1943, Costa escreve para a Revista “Observações sobre a contribuição do Índio na nossa formação” (COSTA, 1943b). Texto praticamente análogo àquele publicado na introdução do seu livro do mesmo ano, denominado *Indiologia*. Esse texto ressalta as qualidades dos nativos na constituição do povo brasileiro numa ótica em que prevalecem os elementos europeus da colonização. Entre outras coisas, afirma ter o índio ensinado ao branco muitas coisas e contribuído com este, sobretudo, no âmbito do espírito, ajudando a alegrar e confortar os primeiros emigrados, sobretudo, a partir da ação da mulher indígena no domínio doméstico.

Em contexto português, percebe-se um quadro semelhante que se exemplifica na figura de Mendes Correia. Conforme citado anteriormente, ele será, ao mesmo tempo, cientista e político atuante durante o regime ditatorial e assim como outros colegas, sobretudo relacionados às pesquisas arqueológicas ultramarinas atrelará seus discursos científicos às diretrizes políticas do Estado, enfatizando a importância estratégica das suas pesquisas (THOMAZ, 2005).

Percebe-se, dessa forma, que os discursos científicos produzidos por esses arqueólogos, durante o Estado Novo, não podem ser desconectados daqueles produzidos, em âmbito oficial, pelo governo, ou o seu trabalho separado das redes burocráticas constituídas no âmbito do próprio regime. Muito embora os temas estudados sigam um diálogo iniciado no século XIX sobre a natureza do indígena, sua capacidade intelectual e complexidade cultural, a manutenção dessas discussões no interior do regime está relacionada às redes discursivas e de poder do período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção arqueológica no contexto estado-novista lusófono possui, sem dúvida, muitas particularidades se comparado à contribuição que tal disciplina tem nos discursos nacionalistas desenvolvidos por outros regimes constituídos no mesmo período. Nos dois casos, a arqueologia possui um interesse secundário para esses governos, que vão buscar em momentos históricos mais recentes os tempos áureos da Nação, a partir dos quais o regime deve se justificar no presente.

Nos dois casos, percebe-se a importância de instituições de pesquisa e, sobretudo, de museus no prosseguimento das pesquisas arqueológicas durante o período. A manutenção dessas pesquisas, se por um lado, aponta para um diálogo próprio no interior da disciplina, por outro, demonstra ligações entre pesquisadores, instituições, produções discursivas oficiais e as próprias redes burocráticas e de poder do Estado.

Dessa forma, não será possível estudar essa produção científica desconectada do contexto político do período, mas antes como parte intrínseca do momento histórico no qual se insere.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOUT, J. “Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. V 8/9. p.151-174, 2000-2001.

CARDOSO, João Luis. “O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa”. In: *Sessão Ordinária de 26 de Janeiro de 2000 dos Anais da Academia Portuguesa da História*, III Série, volume 2, 2011.

COSTA, Angyone. *Introdução à Arqueologia Brasileira (Etnografia e História)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 4º edição, 1980 (1º ed. 1934).

_____. *Archeologia Geral. Civilizações da América Pré-colombiana, Antiguidade Clássica, Civilizações Orientais*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.

_____. *Migrações e Cultura Indígena. Ensaio de Arqueologia e Etnologia do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (1º ed. 1938).

_____. *Indiologia*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert limitada, 1943a.

_____. “Observações sobre a contribuição do índio na nossa formação”. In *Cultura Política*, ano III, nº 27, p. 97-191, maio de 1943b.

CUNHA, O.R. *Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi, I*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 103-121, 1989.

FABIÃO, C. “Um século de Arqueologia em Portugal I”. *Almadan*, II série, nº 8, p. 104-132, 1999.

FABIÃO, C. *Uma história da Arqueologia Portuguesa*. Lisboa: CTT – Correios de Portugal, 2009.

FERREIRA, L. M. “Ordenar o caos”: Emílio Goeldi na arqueologia amazônica. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 1, p. 71-91, Jan-Abr. 2009.

FUNARI, PEDRO P. A. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na Arqueologia Brasileira. São Paulo: *Horizontes Antropológicos*, 18, 131-154, 2002.

GUIDI, A. “Nationalism Without a Nation: The Italian Case”. In: DÍAS-ANDREU, M, CHAMPION, T (Orgs.) *Nationalism and Archaeology in Europe*. Colorado: Westview Press, p. 108-118, 1996.

GOMES, Sérgio Alexandre da R. “As identidades nacionais nos regimes ditatoriais: o caso da romanità na Itália fascista e o reaportuguesamento salazarista”. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio*, I Série, vol V-VI, p. 189-224, 2006-2007.

LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação: Como Seguir Cientistas e Engenheiros Sociedade Afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LIMA, T. A. “Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil”. *Revista USP, São Paulo*, nº 44, p. 270-327, dezembro/fevereiro, 1999-2000.

MUSEU NACIONAL UFRJ. *Os diretores do Museu Nacional UFRJ*. Rio de Janeiro, 2007-2008.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a Concepção de Patrimônio e Inventário*. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 2005.

PROUS, ANDRÉ. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

SOUZA, W. S. “Retratos da Nação: os ‘tipos antropológicos do Brasil’ nos estudos de Edgard Roquette-Pinto, 1910-1920”. *Bol. Mus. Pará Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.*, Belém, V.7, n. 3, p. 645-669, set-dez 2012.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “The Good-Hearted Portuguese People”: Anthropology and Nation, Anthropology of Empire. L’ESTOILE Benoît de, NEIBURG, Federico, SIGAUD, Lygia (Eds.). In: *Empire, Nations, and Natives: Anthropology and State-Making*. EUA: Duke University Press, 2005.

TORRES, H. A. “Arte indígena na Amazônia”. *Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

TORRES, Heloisa Alberto. “Contribuição para o Estudo da Proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 1937.

WIWJORRA, I. “German Archaeology and its Relation to Nationalism and Racism”, In: DÍAS-ANDREU, M, CHAMPION, T (Orgs.) *Nationalism and Archaeology in Europe*. Colorado: Westview Press, p. 164-187, 1996.